

# O SURGIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

## THE EMERGENCE OF POSTGRADUATE STUDIES IN LIBRARIANSHIP AND INFORMATION SCIENCE IN BRAZIL

Gabriela Fernanda Ribeiro Rodrigues<sup>a</sup>  
Eliane Braga de Oliveira<sup>b</sup>  
Carlos Henrique Juvêncio<sup>c</sup>

### RESUMO

**Objetivo:** analisa o surgimento dos primeiros cursos de mestrado em Ciência da Informação e Biblioteconomia, no Brasil, durante a década de 1970. **Metodologia:** pesquisa bibliográfica que reúne textos dos professores que tiveram participação direta na implementação da pós-graduação. **Resultados:** apresenta o contexto da criação dos cursos no IBBD/UFRJ, na USP, na UFMG, na PUC-Campinas, na UnB e na UFPB, a partir dos argumentos utilizados à época para justificar a criação dos cursos e identifica personagens responsáveis pela mobilização para criação dos cursos de mestrado. **Conclusões:** os estudos sobre o momento de expansão do ensino da Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil, em nível de pós-graduação, permitem a recuperação histórica da formação do campo, bem como a compreensão da composição identitária da Ciência da Informação brasileira.

**Descritores:** Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação. História da Ciência da Informação. Ensino de biblioteconomia.

### 1 INTRODUÇÃO

A construção do modelo de ensino superior como conhecemos hoje, no Brasil, é resultado de um longo processo histórico. Alguns momentos se

---

<sup>a</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCINF/UnB), Brasília-DF, Brasil. E-mail: gabyfrr@gmail.com.

<sup>b</sup> Doutora em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (PPGCINF/UnB). Docente da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil. E-mail: elianebo@unb.br

<sup>c</sup> Doutor em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (PPGCINF/UnB). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) e do Departamento de Ciência da Informação (GCI) da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: carlosjuvencio@id.uff.br

destacam na história do ensino superior no brasileiro, momentos marcados por decretos, reformas e acordos internacionais, ao longo de décadas, mas principalmente entre as décadas de 1950 e 1960. O contexto histórico das épocas nas quais esses momentos ocorreram tem em comum a instabilidade que quase sempre rodeava o campo político brasileiro, tanto na Era Vargas, entre os anos de 1930 e 1945, como no período do regime militar, instituído entre 1964 e 1985 (MOTTA, 2014).

Dentre esses acontecimentos são encontrados alguns marcos, dos quais destacamos três. O primeiro é o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, também conhecido como a reforma Francisco Campos (MOTTA, 2014; CURY, 2005). Esta reforma apresentava princípios a serem seguidos pelas universidades e instituíva finalidades como a elevação do nível cultural geral, o estímulo à investigação científica e a formação de profissionais para exercer funções que exigiriam preparo técnico e científico (BRASIL, 1931).

Outros dois decretos datam do mesmo período: o Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, que determinava a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), e o Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, dedicado à Organização da Universidade do Rio de Janeiro (URJ) (ROTHEN, 2012). Juntos, esses documentos formavam o Estatuto das Universidades Brasileiras, ao qual Rothen (2012) afirma que, apesar de ambíguos, apresentaram conceitos significativos nas discussões posteriores sobre o modelo de universidade que o Brasil adotaria.

O segundo marco é o Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 de dezembro de 1965, que visava a padronização e a regulamentação dos cursos de pós-graduação no Brasil, foi redigido pela Câmara de Ensino Superior (CES) e teve como relator Newton Sucupira. Foi assinado por nomes importantes para a educação brasileira, como Clóvis Salgado, José Barreto Filho, Maurício Rocha e Silva, Durmeval Trigueiro Mendes, Alceu Amoroso Lima, Anísio Teixeira, Valnir Chagas e Rubens Maciel. O objetivo deste relatório era “[...] definir a natureza e objetivos dos cursos de pós-graduação, à luz da doutrina e do texto legal, concluindo por apresentar as suas características fundamentais na forma da exigência legal” (ALMEIDA JÚNIOR, *et al.*, 2005, p. 163) e será aprofundado no decorrer deste trabalho.

O terceiro e último marco, a Reforma Universitária, foi instituída na forma da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 e tinha por objetivo fixar “[...] normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média” (BRASIL, 1968). Para Alves e Oliveira (2015) a Reforma Universitária realizada pelos militares no período do regime militar, pretendia retirar das universidades o foco da resistência à ditadura existente a época.

A base para tal reforma se estabeleceu sobre o Decreto nº 53 de 1966 que “[...] apresentava a necessidade de articulação entre ensino e pesquisa, que deveriam compor a organização de toda a universidade” (ALVES; OLIVEIRA, 2015, p. 355) e o Decreto nº 252 que “[...] reúne a criação dos departamentos compreendidos como “menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica e de distribuição de pessoas” (ALVES; OLIVEIRA, 2015, p. 355).

O processo de modernização ocorreu de forma autoritária nas universidades brasileiras e, por diversos momentos, a estruturação do projeto universitário contou com o apoio e fomento do governo dos Estados Unidos, com o qual o regime militar se identificava e pretendia estreitar relações. Com isso, o foco do regime militar nas universidades, durante a década de 1960, baseava-se na intenção do governo de manter sua hegemonia e controle, planejando uma estrutura para as universidades que passariam a funcionar como principais agentes de desenvolvimento econômico, tecnológico e científico do país (FÁVERO, 1991; MOTTA, 2014).

A perspectiva de especialização profissional já era uma preocupação real do governo brasileiro que, desde 1951, com a organização da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - que resultou na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - que pretendia a distribuição de bolsas de estudos e auxílios. Com isso, a necessidade de criação de pós-graduação alcançou a área da Biblioteconomia motivando, também, a criação de cursos de mestrado voltado para os profissionais bibliotecários com foco na perspectiva de atualização profissional. O período de surgimento de tais cursos é de interesse deste trabalho.

O presente artigo trata do surgimento dos primeiros cursos de mestrado

em Ciência da Informação e Biblioteconomia no Brasil, com o recorte temporal da década de 1970, para recuperar aspectos históricos da criação da pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia no país. Como procedimento metodológico foi realizada pesquisa bibliográfica, na qual buscaram-se textos de autoria de personagens importantes para a história da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, que tiveram participação direta na implementação da pós-graduação, durante a década de 1970. Foram selecionados artigos de autoria dos professores Edson Nery da Fonseca, Hagar Espanha Gomes, Anna da Soledade Vieira, Abigail de Oliveira Carvalho, Suzana Pinheiro Machado Mueller e Kira Tarapanoff.

A história da Ciência da Informação não é um tema de pesquisa inexplorado pelos estudiosos da área, contudo é um assunto que pode ser muito mais explorado e sob diferentes óticas. Le Coadic (1996) afirma que, diferente de ciências como física, matemática que resultam de um processo histórico de centenas de anos, a Ciência da Informação resulta de um processo histórico recente, iniciado em meados dos anos 1950 e, como consequência, não há grandes trabalhos históricos sobre a área como há nas ciências mais antigas. Conhecer as histórias das instituições, das técnicas e dos indivíduos resultou na composição de uma primeira história da biblioteconomia, que até então não era considerada uma ciência, conforme Le Coadic (1996). O autor ainda sugere a existência de duas categorias possíveis para pensar a história da área, a história da Ciência da Informação e a história das técnicas da informação.

Deste modo, baseado na importância de conhecer a história das instituições e dos indivíduos para a composição da historiografia da Ciência da Informação, o objetivo é apresentar o contexto de criação dos cursos de mestrado em Ciência da Informação e Biblioteconomia no Brasil, durante a década de 1970, que iniciaram a pós-graduação na área e configura um período importante para o desenvolvimento do seu ensino no país. Os registros históricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação indicam a existência de muitos personagens e eventos que demandam uma extensa pesquisa. Portanto, este trabalho não pretende esgotar o assunto, mas se dedicar a um período específico, a saber, a década de 1970, com a pretensão de inicialmente

apresentar alguns fatos e contribuir com estudos futuros que busquem investigar a história da Ciência da Informação em outros momentos.

No tópico seguinte, é abordado o contexto da influência estadunidense nas universidades brasileiras nas décadas de 1960 e os acordos firmados entre Brasil e Estados Unidos à época.

## **2 A INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**

A discussão iniciada na década de 1950, sobre a necessidade de modernização das universidades brasileiras, como afirma Fávero (1991), baseava-se em questões como a autonomia universitária e seu papel no desenvolvimento nacional, além da insatisfação do movimento estudantil com o modelo vigente à época que começava a se tornar obsoleto. Foi esse cenário que privilegiou a entrada estadunidense no processo de reformulação do ensino superior brasileiro. A busca era pela autonomia universitária, mas o caminho foi marcado pela interferência externa.

O governo dos Estados Unidos, com o intuito de fomentar a educação e a cooperação com o Brasil, começou a investir ostensivamente em projetos voltados para a modernização do ensino no país. Ainda na década de 1950, os investimentos e o intercâmbio de conhecimentos tiveram início<sup>1</sup>. De acordo com Motta (2014), além do interesse que viria a surgir do governo estadunidense, já havia no Brasil projetos realizados por organizações internacionais privadas, como a Fundação Rockefeller.

No decorrer da década de 1960 consultores americanos visitaram o Brasil para conferir a real situação do ensino superior e seu diagnóstico evidenciou um ensino superior que não atendia as demandas da sociedade brasileira, que aspirava a modernização e, quando comparado ao modelo americano, apresentava muitas divergências (CUNHA, 1988). Com isso, a despeito da

---

<sup>1</sup> Por questões de delimitação do tema, neste tópico discorreremos sobre a influência exercida na área da educação. Especificamente, nos investimentos realizados no ensino superior. Sobre o tema da influência dos Estados Unidos no Brasil, ver a obra de Moniz Bandeira (1973) "Presença dos Estados Unidos no Brasil", na qual o autor discorre sobre duzentos anos da relação entre os dois países.

resistência encontrada, uma série de investimentos e acordos foram estabelecidos entre os Brasil e Estados Unidos, “[...] um deles visava organizar uma equipe de assessoria ao planejamento do ensino superior, reunindo técnicos brasileiros e norte-americanos. Este convênio passou a ser conhecido como o convênio MEC-USAID” (CUNHA, 1988, p. 174).

No relatório elaborado pela Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior<sup>2</sup> (EAPES), publicado em 1969, sobre as os acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), é apresentado um quadro geral das relações e atividades desenvolvidas entre as décadas de 1950 e 1960. A primeira aproximação, data de 19 de dezembro de 1950, no qual se estabelece:

Acordo geral entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos para estabelecer «o intercâmbio de conhecimentos técnicos e a cooperação em atividades correlatas» visando a «contribuir para um desenvolvimento equilibrado e coordenado dos recursos econômicos e da capacidade produtiva do Brasil». O Acordo foi feito por meio de uma troca de notas entre o Ministro do Exterior do Brasil Raul Fernandes e o Embaixador dos Estados Unidos Herschell V. Johnson, e constitui, no gênero, o primeiro documento que liga o incentivo cultural externo (troca de conhecimentos) ao desenvolvimento econômico do país (BRASIL. 1969, p. 10).

Este relatório apresenta os acordos e movimentações realizadas entre Brasil e Estados Unidos, em nível das negociações entre o MEC e o governo estadunidense, até o ano de 1968, ano que culminou na Reforma Universitária. No entanto, ainda que seja um extenso relatório, Cunha (1988, p. 202) ao analisá-lo afirma que “a impressão que fica [...] é de um trabalho surpreendentemente modesto, se comparado com os ambiciosos objetivos de ambos os convênios MEC-USAID para ao ensino superior”, sugerindo que dentre as dificuldades enfrentadas durante o tempo de atividade do convênio, estaria a falta de uma boa comunicação. Em junho de 1965, foi firmado o acordo entre o MEC e a USAID, após avaliação do CFE que emitiu parecer favorável para a realização do projeto proposto.

Este Acordo tem como finalidade «a elaboração de uma série de

---

<sup>2</sup> Participaram da elaboração do relatório os professores José Fernando Domingues Carneiro, Laerte Ramos de Carvalho, Osmar Ferreira e Rubens d’Almada Horta Porto. Publicado pelo Ministério da Educação e Cultura em 1969. O relatório data de 30 de junho de 1968.

planos exequíveis para a ampliação e reestruturação do sistema nacional de ensino superior» e medidas correlatas; inclusive a «criação de um quadro de técnicos em planejamento educacional brasileiro» e «o contrato pela USAID com instituição técnica competente dos E.U.A., de 5 assessores educacionais (americanos! para trabalhar com o grupo de educadores brasileiros. durante um período de 24 meses» (BRASIL, 1969, p. 12).

No total, até 1965, foram investidos no Brasil pelo governo dos Estados Unidos<sup>3</sup>, sessenta e cinco milhões de dólares, distribuídos entre o ensino primário, secundário e superior, sendo que U\$ 5.533.000 foram destinados a este último segmento (BRASIL, 1969). Contudo, apesar da aparente generosidade, a interferência estadunidense era vista com ressalva e desconfiança por parte da comunidade universitária, motivados pelo contexto político da época, com o recém-instalado regime militar<sup>4</sup>.

Havia o incômodo, por parte da comunidade acadêmica, com a interferência de um país estrangeiro no desenvolvimento do modelo educacional brasileiro, bem como a dúvida sobre as reais motivações dos investimentos. Afinal os projetos educacionais atendiam diretamente aos interesses do regime militar instaurado no Brasil, que intervinha nas universidades de modo autoritário e poderia deixar as universidades à mercê do ideário dos Estados Unidos (ALVES, 1968; MOTTA, 2014).

No relatório, Atcon faz considerações acerca das suas impressões sobre a estrutura e os problemas das universidades brasileiras, após visitar mais de dez instituições, além de fazer sugestões que acreditava serem necessárias para a organização de uma nova estrutura universitária. Dentre as sugestões feitas pelo consultor estavam a constituição de um Conselho de Reitores, a

---

<sup>3</sup> “Antes da criação da USAID, pelo presidente norte-americano John F. Kennedy, em 1961, outras organizações que a antecederam já atuavam em prol do conceito de assistência internacional ao desenvolvimento, em outros países, como foi no caso do Brasil. Foram, sucessivamente, a *Mutual Security Agency*, a *Foreign Operations Administration* e a *International Cooperation Administration*”. Disponível em: <https://www.usaid.gov/who-we-are/usaid-history>. Acesso em: 13 dez. 2022.

<sup>4</sup> “Já no mês de maio de 1966, os estudantes universitários se mobilizam, na maioria dos estados em movimentos de protestos que uniam reivindicações específicas (restaurantes, professores, anuidades etc.) às de caráter geral, entre as quais estava a repulsa aos convênios MEC-USAID, simbolizada na queima da bandeira dos EUA, que ardeu em pelo menos nove cidades. [...] À medida que o movimento estudantil se radicalizava, em todo o país, o lema Fora MEC-USAID só rivalizava em força e generalidade com Abaixo a Ditadura, dentre as palavras de ordem propriamente políticas” (CUNHA, 1988, p. 238).

implantação de Centros Universitários de Estudos Gerais, a concessão de recursos financeiros adicionais a algumas universidades para melhoria nas suas instalações e o incremento à disseminação de publicações científicas em todas as instituições do ensino superior, através de um estudo do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) (1954-1975) (ATCOM, 1966). A criação do Conselho dos Reitores foi uma sugestão logo acatada pelo governo brasileiro (FÁVERO, 2006), mas ainda havia resistência por parte da comunidade universitária sobre as interferências dos Estados Unidos, fato este, que não impediu sua ação<sup>5</sup>.

O professor Henry W. Hoge, integrante da equipe de trabalho<sup>6</sup> do MEC-USAID, no relatório da EAPES relatava:

É difícil abandonar o problema do estudante universitário antes de fazer alguma referência aos seus atuais protestos e exigências. Segundo o conhecimento do autor, e excluindo reivindicações puramente políticas, os estudantes são contra: a) a Fundação; b) as anuidades; c) o MEC-USAID; d) o relatório Atcon; e são a favor de: a) maiores verbas governamentais; b) expansão ou restauração dos restaurantes (sic) estudantis (HOGE, 1969, p. 581).

A baixa aceitação da participação estadunidense nas decisões sobre a universidade brasileira, fez com que o MEC não divulgasse a parceria com a USAID para evitar manifestações ou represálias, como afirma Motta (2014), contudo foi em vão. De acordo com o autor, os acordos foram alvo de manifestações nos anos seguintes.

Em 1966, a denúncia dos acordos tornou-se tema de protestos de rua, contribuindo para a maré montante do antiamericanismo. As manifestações antiamericanas mobilizaram outros temas também, [...]. Mas os acordos na área da educação superior tinham maior capacidade de mobilização, em particular porque

---

<sup>5</sup> “Com a intensificação da repressão policial aos movimentos de massa após a edição do Ato Institucional nº 5 (dezembro 1968), dificultando enormemente as articulações políticas e censurando a imprensa, as atividades dos consultores ficaram mais fáceis. [...] A partir de 1969, estando fora Atcon e o MEC-USAID, fechados os canais de participação política ostensiva, os consultores tiveram seu caminho aplainado, e vieram em numerosas levadas. Até que secasse a fonte dos recursos, em 1973, conseguiram orientar os dirigentes universitários brasileiros para a reestruturação administrativa e pedagógica das instituições de ensino superior de acordo com o modelo vigente nos EUA [...]” (CUNHA, 1988, p. 239).

<sup>6</sup> “[...] o Relatório reuniu, em anexo, a íntegra dos Trabalhos da Equipe Americana em textos em português e inglês. [...] norte-americanos participantes do programa. J. Martin Klotsche, John D. Ryder, Henry W. Hoge, e o professor John M. Hunter, professores que permaneceram no Brasil em períodos diferentes: Klotsche, durante seis meses; Ryder, durante um ano; Hoge, durante quinze meses e Hunter, durante dezessete meses” (PINA, 2011, p. 86-88).



os estudantes universitários compunham o grupo social mais numeroso nas manifestações de rua. Os protestos contra o MEC-USAID foram crescendo a partir de 1967, quando se tornaram tema central da UNE<sup>7</sup> e de diversos eventos, como um seminário nacional sobre a infiltração imperialista na educação. [...] A onda de protestos levou os representantes americanos a concluir que seu envolvimento nos assuntos brasileiros atingira níveis perigosamente elevados, o que aumentava sua exposição e, conseqüentemente, os riscos (MOTTA, 2014, p. 126-128).

Para além do investimento financeiro, o modelo estadunidense também influenciaria na construção do modelo da pós-graduação brasileira, como será mostrado adiante. Entre as preocupações na reformulação das universidades, estava a necessidade do incentivo à pesquisa em âmbito nacional, movida pela onda modernizadora e tecnológica daquela época, como mostra o relatório elaborado pela CAPES:

Há que elaborar-se um programa de pós-graduação, voltado para a solução de alguns dos mais graves problemas que dificultam o progresso brasileiro: a carência de pessoal docente de nível superior, o imperativo da abertura de novas fronteiras no domínio da pesquisa científica e de formação de pesquisadores de alto nível, a exigência de manter a investigação científica do país em nível compatível com os padrões científicos internacionais e, finalmente, a necessidade de um trabalho de «reciclagem» para atualização de conhecimentos e técnicas dos profissionais graduados em escolas superiores. Urge assim promover uma política nacional de amplo incentivo à pesquisa científica nos diversos domínios do saber, a qual possa contar com o apoio solidário do trinômio Estado-Universidade-Empresa, de modo que atenda aos imperativos da segurança, da ciência e da produtividade (BRASIL, 1969, p. v).

Os cursos de pós-graduação já eram uma realidade no Brasil. No entanto não havia uma estrutura mínima comum entre os cursos que, até então, funcionavam como iniciativas isoladas. De acordo com Motta (2014), até 1965, ano de aprovação do parecer que regulamentaria os cursos de pós-graduação, existiam no Brasil trinta e quatro cursos, como mostra o Quadro 1.

**Quadro 1 – Cursos de pós-graduação entre 1961 e 1965**

Ano de criação	Cursos de pós-graduação	Total de cursos
1961	6	6
1962	3	9

---

<sup>7</sup> União Nacional dos Estudantes.

1963	7	16
1964	7	23
1965	11	34

**Fonte:** Extraído e adaptado de Motta (2014, p. 257).

A crescente criação de novos cursos motivou o CFE a pensar uma forma de estrutura que possibilitasse o controle de qualidade dos cursos e um modelo a ser seguido que permitisse tanto o crescimento ordenado dos cursos, quanto a formação de qualidade do futuro pesquisador. A solução foi a solicitação de um relatório que apresentasse tal estrutura, baseada em algum modelo estrangeiro tradicional e de excelência. O então grupo responsável por essa tarefa, entregaria o Parecer do Conselho Federal de Educação - CFE nº 977/65, apresentado no tópico a seguir.

### **3 A REGULAMENTAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO: PARECER CFE Nº 977/65**

O Parecer do Conselho Federal de Educação - CFE nº 977/65 foi elaborado por Newton Sucupira<sup>8</sup> (1920-2007), importante nome da educação brasileira, e é um dos seus legados presentes na história das universidades brasileiras. Bomeny (2001, p. 105) afirma que “a trajetória de Newton Sucupira pela educação brasileira se confunde com a da democratização do acesso à universidade e, também a institucionalização da pós-graduação [...]”.

Sucupira também foi o responsável por outros pareceres importantes sobre a universidade brasileira, como o Parecer nº 76/62, de 1962, sobre a amplitude e limites da autonomia universitária, e sua participação decisiva no processo de elaboração de pareceres que resultaram na Lei nº 5.540/68,

---

<sup>8</sup> “Newton Lins Buarque Sucupira formou-se bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Recife (1942) e bacharel em filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (1947). Em 1961, indicado por Anísio Teixeira, integrou o primeiro grupo de intelectuais a compor o Conselho Federal de Educação (CFE), atualmente Conselho Nacional de Educação (CNE). Atuou até 1990 como professor da Fundação Getúlio Vargas e da UFRJ. [...] Sucupira presidiu o grupo de trabalho que elaborou a Lei da Reforma Universitária no Brasil, em 1968. Após 16 anos atuando no Conselho (três mandatos), ficou conhecido como patrono da regulamentação da pós-graduação brasileira. Com sólidos conhecimentos filosóficos e pedagógicos, o professor prestou relevantes serviços ao país, sobretudo com os seus admiráveis pareceres no histórico e então prestigiado Conselho Federal de Educação”. Disponível em: <https://www.academia.org.br/artigos/sucupira-o-grande-filosofo>. Acesso em: 08 ago. 2023.

conhecida como a Reforma Universitária de 1968 (BOMENY, 2001).

O Parecer CFE nº 977/65 foi responsável pela regulamentação da pós-graduação no Brasil visando o interesse e a necessidade de uma estrutura universitária que permitisse conciliar ensino e pesquisa, planejando o desenvolvimento tecnológico e científico do país, bem como a possibilidade de formação dos pesquisadores em território nacional, “[...] sobretudo tendo em vista que a expansão da indústria brasileira requer número crescente de profissionais criadores, capazes de desenvolver novas técnicas e processos, e para cuja formação não basta a simples graduação” (ALMEIDA JÚNIOR, *et al.*, 2005, p. 165).

Dentre outros fatores, o relator Newton Sucupira salienta que, até aquele momento, os cursos de pós-graduação eram quase inexistentes no Brasil, pois acreditava-se que na graduação era possível formar profissionais, cientistas e tecnólogos (ALMEIDA JÚNIOR, *et al.*, 2005), sem propor uma formação mais elaborada e pensada individualmente para cada carreira. Posto isso, o Parecer CFE nº 977/65, ao delimitar a pós-graduação nos moldes como esta é conhecida atualmente, possibilita um olhar sobre o contexto e os atores que participaram da elaboração desse documento, assim como seus desdobramentos.

O parecer CFE nº 977/65 é texto fundador da pós-graduação sistemática no Brasil e, após ele, parece não haver nenhum outro texto que articule doutrina e normatização sobre o assunto com tanto impacto sobre esse nível da educação superior no Brasil. Diante de tal permanência e diante da ausência de outro texto doutrinário tão marcante como ele, mesmo havendo passado por governos de matizes tão diferentes, o parecer nº 977/65 leva a pensar (CURY, 2005, p. 18).

Na ocasião em que o parecer foi solicitado, o Ministério da Educação e Cultura apresentou três justificativas para a regulamentação da pós-graduação:

1) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores (ALMEIDA JÚNIOR, *et al.*, 2005, p. 165).

Para estruturar a pós-graduação-brasileira, a comissão do Parecer CFE

nº 977/65 inspirou-se no modelo da pós-graduação estadunidense que já era reconhecida por sua tradição e pelo sucesso do desenvolvimento dos programas de pós-graduação, além de ser responsável pela transformação das universidades dos Estados Unidos em polos de pesquisa de âmbito científico e tecnológico (ALMEIDA JÚNIOR, *et al.*, 2005; BOMENY, 2001).

No entanto, o relator Newton Sucupira reforçava a ideia do projeto da CFE não ser uma cópia simples e pura do modelo estadunidense, mas sim base de orientação para pensar um modelo de pós-graduação que atendesse às necessidades nacionais (ALMEIDA JÚNIOR, *et al.*, 2005). O projeto da Universidade de Brasília foi outra inspiração para Sucupira, tanto no parecer como na Reforma Universitária que ocorreria mais adiante<sup>9</sup>.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, em seu artigo 69, descrevia as três categorias de cursos das universidades – graduação, pós-graduação e especialização. No entanto, o artigo não apresentava uma definição do que seria a pós-graduação, e o parecer representava a oportunidade de preencher essa lacuna, como afirmou Sucupira.

O dispositivo legal, como se vê, não chega a determinar a natureza da pós-graduação. Se por um lado, essa indefinição, que corresponde ao próprio espírito da lei, representa fator positivo ao dar margem à iniciativa criadora das universidades, doutra parte tem gerado certa confusão, por nos faltar tradição e experiência na matéria. Daí a necessidade de uma interpretação oficial capaz de definir a natureza da pós-graduação a que se refere a letra b do art. 69 e que sirva de balizamento para a organização dos cursos pós-graduados. A exegese do artigo poderá discernir elementos básicos que nos permitem determinar o conceito legal (ALMEIDA JÚNIOR, *et al.*, 2005, p. 169).

O parecer recomendava que os futuros cursos de pós-graduação fossem submetidos ao reconhecimento do Conselho Federal de Educação, para garantir que os princípios doutrinários, critérios operacionais e normas fossem respeitadas, viabilizando o controle das fundações e o seu desenvolvimento. De acordo com Sucupira, tal medida se fazia necessária, a fim de “[...] evitar que a

---

<sup>9</sup> Declaração de Newton Sucupira em entrevista concedida a Helena Bomeny: “[...] estávamos no fim da década de 1950 e empolguei-me pelo movimento nascente da reforma universitária. O projeto da Universidade de Brasília fascinava-me e nele via a fonte de inspiração de uma profunda reforma das estruturas e do funcionamento da universidade brasileira. Daí minha paixão pela universidade.” (BOMENY, 2001, p. 47).

pós-graduação brasileira – essencial à renovação de nossa universidade – seja aviltada em seu nascedouro [...]” (ALMEIDA JUNIOR, *et al.*, 2005, p. 170).

Por conseguinte, a pós-graduação brasileira foi sistematizada na forma do Parecer CFE nº 977/65, regulamentada e alicerçada na tendência modernizadora e desenvolvimentista, em voga entre as décadas de 1960 e 1970, que pretendia formar, dada a necessidade, especialistas e cientistas no país que contribuíssem com o desenvolvimento de novas tecnologias, acelerando, assim, o crescimento econômico almejado na época.

Estes fatos fizeram do planejamento e normatização da pós-graduação uma prioridade, pois no Brasil já havia algumas tentativas de cursos de pós-graduação não sistematizados, iniciativas ainda isoladas e pioneiras. “Os fundamentos dessa normatização seriam aproveitados e consagrados pela Lei da Reforma Universitária (n. 5.540), em 1968, e serviram de base ao sistema ainda hoje em vigor” (MOTTA, 2014, p. 256). A pós-graduação e a reforma são associadas continuamente à figura de Sucupira.

O trabalho realizado por Newton Sucupira referente ao Parecer nº 977/65 é considerado uma significativa contribuição para a história da educação no Brasil. Oliveira (1996) destaca que o autor conceituou de maneira precisa a pós-graduação após diversas tentativas sem sucesso nesse contexto específico, e conduziu uma investigação rigorosa sobre a pós-graduação em países com programas de pós-graduação já estabelecidos e reconhecidos, com o intuito de selecionar a estrutura mais adequada a ser adotada como referência.

O tópico seguinte apresenta o contexto que resultou no surgimento dos primeiros cursos de mestrado nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, a partir do que é relatado nos trabalhos dos autores selecionados e demais obras consultadas sobre a história da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

#### **4 A PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA**

O estímulo à criação dos cursos de pós-graduação nesse período influenciou também na criação dos cursos de pós-graduação em Biblioteconomia

e em Ciência da Informação, inclusive em uma perspectiva de atualização profissional, como descreve Suzana Mueller<sup>10</sup> (2018, p. 255):

[...] as bibliotecas universitárias não tinham condição nem de acervo nem de prestação de serviços para apoiar de maneira adequada os novos cursos de pós-graduação que vinham aumentando bastante em número. Muitos professores desses novos cursos haviam se formado no exterior, e lá se habituaram com bibliotecas universitárias eficientes e bem providas. Esses professores, agora também pesquisadores, confrontados com bibliotecas pobres de acervo e serviços, pressionavam a Capes por melhorias. A Capes se esforçava para solucionar esses problemas.

E, conseqüentemente:

O apoio dado aos novos cursos de pós, em todas as áreas, incluiu grandes repasses de verbas para compra de material bibliográfico, que tinham que ser administrados. A pressão sobre bibliotecas universitárias era grande, e sua deficiência, inclusive administrativa, afetava todos os cursos. Assim, a formação de bibliotecários tornou-se um alvo importante para a Capes, que trouxe ao Brasil vários consultores estrangeiros, contratados especialmente para examinar esse problema, o problema da formação dos bibliotecários (MUELLER, 2018, p. 255).

Não obstante os esforços da CAPES, a preocupação com a especialização profissional dos bibliotecários já existia no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), desde a década de 1950, quando da sua criação, como relata Hagar Espanha Gomes<sup>11</sup>.

A formação profissional tem sido uma preocupação constante do IBBB. Prova isto o disposto na alínea i do Parágrafo Único do Art. 1º do Decreto de sua fundação, bem como a criação do curso de Pesquisas Bibliográficas, hoje, Curso de Documentação Científica, que recebeu mandato universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir de 1964. Este curso ministrado regularmente desde 1955, é considerado por aquela universidade como especialização (GOMES, 1974, p. 13).

Esse curso serviu de inspiração e base para as disciplinas oferecidas pelos cursos de graduação em Biblioteconomia que, entre as décadas de 1950 e 1960, estavam em período de expansão pelo país. Nesse período outros

---

<sup>10</sup> Bibliotecária da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, em 1972, e que passaria a compor o quadro de professores do curso de Biblioteconomia na instituição, a partir de 1975. Para mais informações, ver Simeão (2016), "Homenagem à bibliotecária e professora emérita Suzana Pinheiro Machado Mueller".

<sup>11</sup> Bibliotecária. Atuou no IBBB como vice-presidente em 1972 e como presidente entre os anos de 1972 e 1975.

acontecimentos importantes para a área, como a busca por reconhecimento da profissão como nível superior e o estabelecimento de um currículo mínimo para o curso, também foram apresentados. Ambos foram concretizados no ano de 1962, quando houve a regulamentação da profissão pela Lei 4.084/62 e a aprovação do primeiro currículo mínimo do curso de Biblioteconomia. Em 1982 uma nova versão foi aprovada, e entrou em vigor o segundo currículo mínimo de graduação em biblioteconomia (GOMES, 1974; MUELLER, 1985; CASTRO 2000). No entanto, essas regulamentações geraram novas questões, como apontam Almeida e Baptista: “[...] surgiram entre os acadêmicos, descontentamentos com a quantidade de disciplinas e com o caráter ora muito técnico e ora demasiadamente humanístico dos conteúdos estabelecidos” (ALMEIDA, BAPTISTA, 2013, p. 7).

Em sua obra *A Biblioteconomia Brasileira: 1915-1965* (1966), Laura Russo<sup>12</sup> enfatiza outras questões e as possíveis melhorias a serem realizadas nas Escolas de Biblioteconomia existentes naquele momento, dentre as quais destaca a improvisação de professores e a falta de especialização em nível de pós-graduação. Isto é, além da demanda de especialização profissional, havia necessidade de professores qualificados para atuar nos cursos de graduação, visando a melhoria na qualidade de ensino dos futuros profissionais. Conseqüentemente, se fazia necessária a criação dos cursos de pós-graduação nos quais esses professores e profissionais pudessem se especializar.

Edson Ney da Fonseca<sup>13</sup>, em 1968, no Seminário sobre Ensino de Biblioteconomia, organizado pela Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) e pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, declarava em defesa da pós-graduação em Biblioteconomia:

Somos dos que pensam que o Brasil necessita de Mestres e Doutores não apenas nas carreiras tradicionais, mas também em biblioteconomia. Necessita igualmente de bacharéis em biblioteconomia e até mesmo de bibliotecários de nível médio.

---

<sup>12</sup> Bibliotecária, primeira presidente da Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários (FEBAB), de 1961 a 1974, e do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), de 1966 a 1968.

<sup>13</sup> Bibliotecário, professor emérito da Universidade de Brasília. Participou da criação do curso de Biblioteconomia e da implementação da Biblioteca Central da UnB. Para mais informações, ver Miranda (2010) “Vida e obra do professor Edson Nery da Fonseca”.

Mas, como é um país de contrastes, essas diferentes e contrastantes necessidades são nele concomitantemente sentidas no mesmo grau de intensidade. Tanto as escolas do interior precisam de bibliotecários de nível médio que classifiquem seus livros didáticos como a Biblioteca Nacional e as bibliotecas universitárias necessitam de bibliotecários de nível superior que cataloguem suas obras raras e de bibliotecários de nível pós-graduado que planejem suas novas instalações (FONSECA, 1974, p. 31).

Fonseca (1974) enfatizava que:

A pós-graduação em biblioteconomia é uma necessidade que decorre do extraordinário desenvolvimento deste campo e do advento de campos novos como a documentação e a ciência da informação. O principal objetivo do ensino de graduação é formar bibliotecários para dirigir e executar serviços, enquanto a pós-graduação procura formá-los para o planejamento e a pesquisa (FONSECA, 1974, p. 27).

No currículo mínimo proposto em 1962, havia a proposta de três níveis no curso de Biblioteconomia, graduação, pós-graduação e doutorado (MUELLER, 1985). O curso de pós-graduação proposto em 1962 e apresentado para aprovação ao CFE, propunha a seguinte estrutura:

2 - CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO 2. 1 - O Curso de Pós-Graduação, com a duração mínima de 2 (dois) semestres destina-se a ampliar e atualizar conhecimentos técnicos de Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação e a formar professores de Biblioteconomia e Documentação. 2. 2 - O ingresso no Curso de Pós-Graduação far-se-á mediante apresentação de diploma de conclusão do Curso de Graduação. 2. 3 - O Curso de Pós-Graduação poderá ser feito em uma das seguintes especializações: Bibliologia, Bibliotecas Infanto-Juvenis, Documentação, Bibliotecas Especializadas e Didática. [...] 2. 3. 4 - As disciplinas do Curso de Pós-Graduação poderão ser desdobradas para efeito didático. 2. 5 - Os regulamentos disporão sobre o regime parcelado ou não, a ser adotado pela Escola para a distribuição das disciplinas. 2. 6 Ao concluinte do Curso de Pós-Graduação será conferido o grau de Licenciado na especialização escolhida (RUSSO, 1966, p. 22).

Já o doutorado, foi planejado da seguinte forma:

3 - CURSO DE DOUTORADO 3. 1 - As Escolas de Biblioteconomia poderão promover, na medida de suas possibilidades, Cursos de Doutorado. 3. 2 O ingresso nos Cursos de Doutorado é privativo dos licenciados em Curso de Pós-Graduação. 3. 3 O grau de Doutor em Biblioteconomia será conferido ao concluinte do Curso de Doutorado que apresentar e defender tese, de acordo com as formalidades legais (RUSSO, 1966, p. 23).

Dos cursos propostos, apenas a graduação foi aprovada pelo CFE. É



possível inferir que tal fato tenha ocorrido devido ao interesse do CFE em regulamentar os cursos de pós-graduação no início da década de 1960. No entanto, além do projeto proposto já existiam outros cursos de pós-graduação oferecidos, como, por exemplo, no IBBD, na Universidade Federal da Bahia, na Universidade Federal de Pernambuco, entre outros, os quais seguiam diretrizes próprias (RUSSO, 1966; MUELLER, 1985).

Com a alta das demandas, a Universidade de Brasília (UnB) tenta, sem sucesso, a criação de um primeiro curso de mestrado formal em Biblioteconomia, em 1965 (TARAPANOFF; ALVARES, 2019).

Em 1970, tendo como expoente máximo o curso de especialização oferecido pelo IBBD, surge o primeiro curso de mestrado dedicado ao tratamento e organização da informação, mas não em Biblioteconomia, e sim, em Ciência da Informação. Criado em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e organizado por Célia Zaher e Hagar Espanha Gomes, o curso tinha por finalidade formar e preparar docentes para atuar nos cursos de graduação e pesquisadores na área. Contudo não pretendia se restringir a bibliotecários e sim atrair profissionais bacharéis das mais diferentes áreas, que possuíssem uma sólida base de conhecimento teórico. Os programas oferecidos eram voltados à especialização em informação científica (GOMES, 1974; CARVALHO, 1978; MUELLER, 1985).

Era evidente o pioneirismo e a importância da iniciativa do IBBD para a expansão e especialização do ensino na pós-graduação, assim como ocorreu com a graduação, como ressalta Mueller (1985):

A influência até então exercida pelo Curso de Documentação Científica sobre os cursos de graduação passou a ser exercida pelo curso de Mestrado, pois um número significativo de mestrandos eram, ou vieram a ser, professores. [...] E mesmo depois da instalação do curso de Mestrado do IBBD, referências à necessidade de outros cursos para diversificar e aumentar as oportunidades de formação profissional podem ser encontradas na literatura (MUELLER, 1985, p. 11).

Por limitações institucionais, as especificidades do curso de mestrado do IBBD não cobriam todas as necessidades buscadas pelos profissionais na época, como exposto por Gomes (1974):

[...] os programas oferecidos são, intencionalmente, voltados para a informação científica. Isto não significa que não tenhamos

consciência da necessidade de desenvolver programas para formar pessoal qualificado para bibliotecas públicas, estabelecimentos de redes de bibliotecas gerais ou escolares etc. A dificuldade reside no fato de não ser o Instituto, especificamente, uma instituição de ensino e de não estar num contexto universitário. (GOMES, 1974, p. 24).

Devido a tais demandas, outros cursos de mestrado em Biblioteconomia surgiram ainda na década de 1970 para suprir tais necessidades, o que termina por repercutir na graduação. Castro (2000), divide a história do ensino de graduação em biblioteconomia em cinco fases, como mostra o Quadro 2.

**Quadro 2 - Fases e marcos históricos da Biblioteconomia brasileira definidas por Castro (2000)**

<b>Fases</b>	<b>Marcos Históricos</b>
1ª: 1879-1928	Início da Constituição do Campo do Ensino da Biblioteconomia sob a influência francesa – Biblioteca Nacional
2ª: 1929-1939	Predomínio do modelo americano sob a influência dos primeiros cursos criados em São Paulo
3ª: 1940-1961	Consolidação do modelo americano e expansão do número de Escolas/Cursos
4ª: 1962-1969	Estabelecimento do primeiro Currículo Mínimo e Regulamentação da profissão – Lei 4084/62
5ª: 1970-1995	Paralisação da criação dos Cursos de Graduação e crescimento dos Cursos de Pós-graduação

**Fonte:** Extraído de Castro (2000, p. 29).

Na quinta fase, situada entre os anos de 1970 e 1995, ocorre a:

“[...] paralisação do crescimento quantitativo das escolas de graduação e crescimento quantitativo dos cursos de pós-graduação; busca da maturidade teórica da área a partir de novas abordagens tomadas de empréstimo de outros campos de saber” (CASTRO, 2000, p. 29).

Entre os anos de 1972 e 1978 foram criados cursos de mestrado voltados para temas de interesse da Biblioteconomia nas seguintes universidades, Universidade de São Paulo (USP), em 1972; na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1976; na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), em 1977; na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ambos em 1978 (MUELLER, 1985; PINHEIRO, BRÄSCHER, BURNIER, 2006).

**Quadro 3 - Cursos de mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação iniciados na década de 1970**

Instituição de Ensino Superior	Curso – nível de mestrado	Ano de criação
IBBD / UFRJ	Ciência da Informação	1970
USP	Ciências da Comunicação	1972
UFMG	Administração de bibliotecas	1976
PUC-Campinas	Metodologia do Ensino em Biblioteconomia	1977
UnB	Biblioteconomia e Documentação	1978
UFPB	Sistemas de Bibliotecas Públicas	1978

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Os cursos propostos à época eram, respectivamente, na USP o curso de mestrado em Ciências da Comunicação, na PUC-Campinas o curso de mestrado em Metodologia do Ensino em Biblioteconomia, na UFMG o curso de mestrado em Administração de bibliotecas, na UnB o curso de mestrado em Biblioteconomia e Documentação e na UFPB o curso de mestrado em Sistemas de Bibliotecas Públicas (MUELLER, 1985; SILVA; FREIRE, 2011).

O curso de mestrado em Ciências da Comunicação, ofertado pelo departamento de Biblioteconomia e Documentação, na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, em 1972, de acordo com Carvalho (1978), oferecia à Biblioteconomia uma experiência enriquecedora devido à associação com a ECA.

As primeiras turmas de pós-graduados vinculadas à área de concentração ciência da informação eram compostas principalmente pelos docentes do Departamento de Biblioteconomia e Documentação (CBD), devido à necessidade de titulação dos mesmos para que pudessem exercer suas atividades de maneira regulamentada na ECA. (QUEIROZ; NORONHA, 2004, p. 133).

Na UFMG, o curso de pós-graduação em Administração de bibliotecas, implementado pela Escola de Biblioteconomia em 1975, foi planejado a partir de três objetivos:

1º) melhorar a qualidade do ensino em nível de graduação, através da preparação de docentes atualizados quanto ao conteúdo da Biblioteconomia e alertados para os aspectos educacionais e didáticos; 2º) incentivar a pesquisa em bibliotecas, como suporte ao planejamento, através da formação de pesquisadores, propiciando o desenvolvimento de modelos próprios, baseados na realidade de cada sistema; 3º) aumentar a eficiência do trabalho profissional em bibliotecas, através da

formação de pessoal de alto nível, capaz de aplicar os fundamentos científicos ao exercício da profissão (VIEIRA, 1977, p. 137).

A elaboração do projeto foi de responsabilidade das professoras Etelvina Lima e Anna da Soledade Vieira.

Já o curso de mestrado da PUC-Campinas, iniciado em 1977, com área de concentração Metodologia do Ensino em Biblioteconomia, tinha por foco:

[...] acentuada ênfase a disciplinas pedagógicas, embora o curso se vincule à Faculdade de Biblioteconomia e não à Faculdade de Educação. Os organizadores do curso partiram do pressuposto de que a graduação em Biblioteconomia seguida de curso Pós-graduado de disciplinas didático-pedagógicas torna o candidato apto para o desempenho de atividades de magistério em Escolas de Biblioteconomia (CARVALHO, 1978, p. 273).

O curso de mestrado em Biblioteconomia e Documentação, oferecido pelo Departamento de Biblioteconomia e Documentação, na UnB, foi criado em 1978. O currículo do curso ficou sob a responsabilidade da professora Nice Menezes de Figueiredo, primeira bibliotecária brasileira a obter a titulação de doutorado em biblioteconomia e a primeira coordenadora do curso. O curso foi dividido em duas linhas de pesquisa:

[...] (i) Planejamento, Organização e Administração de Sistemas de Informação, e (ii) Recursos e Técnicas de Documentação e Informação Especializada. A primeira área de concentração era voltada para a formação de gestores, enquanto a segunda visava atrair pessoas de várias áreas interessadas em tratamento de informação especializada (TAPARANOFF, ALVARES, 2019, p. 269).

Para estruturação do curso, o Departamento de Biblioteconomia e Documentação contou com o apoio da CAPES em pontos importantes:

[...] a contratação de novos professores, concessão de bolsas para que os então professores fossem se titular no exterior, e ainda, aval para participação de entidades como o British Council, Fundação Fulbright e OEA, para a vinda de professores estrangeiros para dar condições de iniciar o curso (MUELLER, 2018, p. 256).

O curso oferecido na UFPB, um mestrado em Biblioteconomia na área de concentração de Sistemas de Bibliotecas Públicas, foi criado pela Resolução nº 203/7, em 1977, tendo início em 1978, se dividia em duas linhas de pesquisa:

[...] "Hábito de Leitura" e "Planejamento e Gerência de Bibliotecas Públicas", com dois objetivos básicos: 1) "formar docentes que atendam qualitativa e quantitativamente à

expansão e melhoria do ensino de Biblioteconomia; 2) formar especialistas de alto nível para desenvolver atividades de pesquisa, planejamento e gerência de Sistemas de Bibliotecas Públicas (BRITO; LUCENA; GARCIA, 1991, p. 73).

O curso de mestrado da UFPB, sob a coordenação da professora Júlia Van Damme, foi o primeiro do Nordeste e pretendia sanar a carência existente na região quanto a formação profissional especializada de docentes para atender à demanda de ampliação e melhorias do ensino em Biblioteconomia, além da formação de especialistas para o desenvolvimento de pesquisas, planejamento e gerência de sistemas de bibliotecas públicas (OLIVEIRA, 1999; COSTA *et al.*, 2009).

Pinheiro, Bräscher e Burnier (2006) indicam que IBICT, USP, UnB e UFMG, são as instituições que oferecem cursos de graduação há mais tempo e foram as primeiras a se tornarem programas, oferecendo também o doutorado. Vale ressaltar, que da oferta do mestrado ao doutorado, entre as décadas de 1970 e 1990, houve um movimento de transição, no qual esses cursos adotaram a titulação em Ciência da Informação em seus nomes, passando os cursos de mestrados, que até então se apresentavam sob uma diversidade de títulos, padronizados ao mestrado em Ciência da Informação e os cursos de doutoramento, já nascidos como doutorado em Ciência da Informação.

Os cursos de doutorado nesses programas surgiram na década de 1990. Por outro lado, uma lacuna de 20 anos separa os cursos dos anos 70, com novos cursos que emergem a partir de 1998 (PINHEIRO, 2007, p. 3). Isto é, essas instituições não foram apenas as primeiras a receber e a moldar a Ciência de Informação no Brasil, em sua maioria a partir da Biblioteconomia, mas por muitos anos, possuíram o domínio da Ciência da Informação no país. Como enfatiza Smit (1999, p. 4):

[...] a passagem da Biblioteconomia para a Ciência da Informação, na pós-graduação, ainda que muitas vezes insuficientemente discutida do ponto de vista epistemológico, pode ser analisada enquanto consequência de uma preocupação com a construção teórica [...].

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação e regulamentação da pós-graduação no Brasil foi um momento

importante na história do ensino superior, pois viabilizou a autonomia científica e tecnológica no país. No caso da Biblioteconomia, a demanda de especialização profissional era uma preocupação que o IBBD tentava sanar com os cursos de especialização e, posteriormente, com a criação do curso de mestrado em Ciência da Informação, mas ainda assim não conseguia atender todas as demandas profissionais da categoria. Com isso, na tentativa de trabalhar com questões específicas dos bibliotecários, outros cursos surgiram e a expansão da pós-graduação tinha por objetivo suprir tais necessidades.

Ademais, a década de 1970 configurou um período importante para o ensino da Biblioteconomia e da Ciência da informação, pois nesse período foram criados cursos específicos para a formação profissional do bibliotecário, foi o momento em que muitos profissionais tiveram a oportunidade de se formar fora do país e replicar tais experiências no Brasil. Um momento histórico de grande relevância para a constituição da Ciência da Informação brasileira, no qual se decidiu caminhos teóricos, abordagens conceituais, influências internacionais, entre outros fatores que formaram a área como conhecemos ou como deveríamos conhecer. Reforçamos a importância de recuperar os primeiros passos da Ciência da Informação, seus cursos, professores e atores de relevância.

É fundamental conhecer os caminhos percorridos nessa jornada de expansão, articulação e ensino da Biblioteconomia e Ciência da Informação, em nível de pós-graduação. A história dos primeiros cursos de mestrado em Ciência da Informação e Biblioteconomia e Documentação constitui um rico corpus historiográfico da Ciência da Informação, que permite a compreensão da composição identitária da área e a difusão entre estudantes e profissionais, para que as suas origens e suas raízes não sejam uma incógnita e não se percam.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, A.; SUCUPIRA, Newton; SALGADO, Clóvis; BARRETO FILHO, José; SILVA, Maurício Rocha e; TRIGUEIRO, Dumerval; LIMA, Alceu Amoroso; TEIXEIRA, Anísio; CHAGAS, Valnir; MACIEL, Rubens. Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 162-173, dez. 2005. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782005000300014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 ago. 2022.

ALMEIDA, Neília Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: FEBAB, 2013. p.1-12. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2396>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições GERNASA, 1968.

ALVES, Miriam Fábila; OLIVEIRA, João Ferreira de. Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 351-376, 2015. DOI: 10.21573/vol30n22014.53680. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/53680>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ATCON, Rudolph P. **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/DES, 1966. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=24668](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=24668). Acesso em: 18 ago. 2022.

BOMENY, Helena. **Newton Sucupira e os rumos da educação superior**. Brasília: Paralelo 15, CAPES, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente [...] Estatuto das Universidades Brasileiras. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 15 abr. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 29 nov. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (Acordo MEC-USAID)**. Brasília: MEC: EAPES, 1969. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002109.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2022.

BRITO, Edna Maria Torreão; LUCENA, Jerusa Lyra.; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. O curso de mestrado em biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 73-78, jan./dez. 1991. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/27>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CARVALHO, Abigail de Oliveira. Pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação: reflexões, sugestões, experiências. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 289-309, 1978. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71215>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília: Thesaurus, 2000. 287 p.

COSTA, Luciana Ferreira da; DIAS, Guilherme de Ataíde; SUAIDEN, Emir José; RAMALHO, Francisca Arruda. A pós-graduação em Ciência da Informação na UFPB: entrevista com a professora Francisca Arruda Ramalho. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 19, n. 3, p. 147-155, set./dez. 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14883>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Quadragésimo Ano do Parecer CFE n. 977/65. **Revista Brasileira de Educação [online]**, n. 30, p. 7-20, set./dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000300002>. Acesso em: 18 ago. 2022.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 22, n. 28, p. 17-36, dez. 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/7609/5423>. Acesso em: 18 ago. 2022.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada**: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. 150 p.

FONSECA, Edson Nery da. A pós-graduação em Biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 27-39, 1974. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/35990>. Acesso em: 18 ago. 2022.

GOMES, Hagar Espanha. Experiência do IBBD em programas de pós-graduação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 13-26, 1974. Disponível



em: <https://www.periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/35989>. Acesso em: 18 ago. 2022.

HOGE, Henry W. Reflexões sobre a educação superior do Brasil. *In: Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (Acordo MEC-USAID)*. Brasília: MEC: EAPES, 1969. p. 577-582. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002109.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Briquet de Lemos, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 448 p.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Celebrando os 40 anos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. **Revista Ibero Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 251-261, 2018. DOI: 10.26512/rici.v12.n1.2019.11618. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/11618>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O ensino de Biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985. DOI: 10.18225/ci.inf.v14i1.222. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/222>. Acesso em: 18 ago. 2022.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de. Organização, funcionamento e razão de ser da pós-graduação. *In: Ética e educação: o pensamento de Newton Sucupira*. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 1996. p. 59-71.

OLIVEIRA, Marlene de. Características das dissertações produzidas no curso de mestrado em Ciência da Informação da UFPB. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 1-15, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/405>. Acesso: 18 ago. 2022.

PINA, Fabiana. **O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968)**. 2011. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93369>. Acesso: 18 ago. 2022.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Cenário da Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil, influências e tendências. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2007. p. 1-14. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/65>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; BRASCHER, Marisa; BURNIER, Sonia. Ciência da Informação: 32 anos (1972-2004) no caminho da história e horizontes de um periódico científico brasileiro. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 3, p. 23-75, set./dez. 2006. DOI: 10.18225/ci.inf.v34i3.1084. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1084>. Acesso em: 18 ago. 2022.

QUEIROZ, Fernanda Mendes; NORONHA, Daisy Pires. Temática das dissertações e teses em ciência da informação no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da USP. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 132-142, maio/ago. 2004. DOI: 10.18225/ci.inf.v33i2.1055. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1055>. Acesso em: 19 ago. 2022.

ROTHEN, José Carlos. A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 8, n. 17, p. 141-160, fev. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38581> Acesso em: 18 ago. 2022.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. **A Biblioteconomia brasileira: 1915-1965**. Rio de Janeiro: INL, 1966. 357 p.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. A identidade da Ciência da Informação brasileira no contexto das perspectivas históricas da pós-graduação: análise dos conteúdos programáticos dos PPGCI'S. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: UnB, 2011. p. 255-274. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/178130>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SMIT, Johanna. W. A política governamental para a pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 1-10, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/398>. Acesso em: 18 ago. 2022.

TARAPANOFF, Kira; ALVARES, Lillian. A informação como objeto de estudo: histórico da pós-graduação em Ciência da Informação na Universidade de Brasília. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 262-289, jan./abr. 2019. DOI: 10.26512/rici.v12.n1.2019.19163. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/19163>. Acesso em: 18 ago. 2022.

VIEIRA, Anna da Soledade. A formação de administradores de bibliotecas: na berlinda o programa da UFMG. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 136-160, set. 1977. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36215>. Acesso em: 18 ago. 2022.

## THE EMERGENCE OF POSTGRADUATE STUDIES IN LIBRARIANSHIP AND INFORMATION SCIENCE IN BRAZIL

### ABSTRACT

**Objective:** to analyze the emergence of the first master's courses in Information Science and Librarianship, in Brazil, during the 1970s. **Methodology:** This is bibliographical research that compile texts authored by professors who played a direct role in the implementation of the postgraduate curriculum. **Results:** it presents the context of the creation of courses at IBBD/UFRJ, USP, UFMG, at PUC-Campinas, UnB, and UFPB, based on the arguments used at the time to justify the creation of courses and identifies characters responsible for the mobilization of the creation of postgraduate courses. **Conclusions:** Research focusing on the era of expanding education in Library and Information Science at the postgraduate level in Brazil facilitates a historical reconstruction of the formation of field. It also aids in comprehending the composite identity of Brazilian Information Science.

**Descriptors:** Information Science schools. Information science history. Librarianship education.

## EL SURGIMIENTO DE LOS ESTUDIOS DE POSGRADO EN BIBLIOTECONOMÍA Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN EN BRASIL

### RESUMEN

**Objetivo:** analizar el surgimiento de las primeras maestrías en Ciencias de la Información y Bibliotecología en Brasil durante la década de 1970. **Metodología:** Este artículo, de carácter cualitativo, utiliza como procedimientos la investigación bibliográfica y documental. **Resultados:** presenta el contexto de la creación de cursos en IBBD/UFRJ, USP, UFMG, PUC-Campinas, UnB y UFPB, a partir de los argumentos utilizados en la época para justificar la creación de cursos e identifica los responsables de la movilización por la creación de cursos de maestría. **Conclusiones:** investigar este momento de expansión de la enseñanza de la Bibliotecología y las Ciencias de la Información en Brasil, a nivel de posgrado, permite la recuperación histórica de la formación del campo, así como la comprensión de la composición identitaria de las Ciencias de la Información brasileñas.

**Descriptores:** Escuelas de Ciencias de la Información. Historia de las ciencias de la información. Enseñanza de la biblioteconomía.

**Recebido em:** 31.05.2023

**Aceito em:** 17.08.2023